

A feição neoconservadora da BNCC e “ideologia de gênero”: Implicações para o fortalecimento da LGBTQIA+fobia nas escolas brasileiras

Alexandre Adalberto Pereira¹
Wollacy Esquerdo Lima²
Antonio Mateus Pontes Costa³
Tiago Ruan Pereira e Silva⁴



10.56238/rcsv14n4-025

RESUMO

O presente artigo objetiva promover reflexões teóricas sobre as influências da corrente ideológica neoconservadora sob as decisões curriculares, e suas implicações para o aumento da LGBTQIA+ nas escolas. A escrita do texto baseou-se na revisão teórica bibliográfica enquanto metodologia de pesquisa. Concluiu-se que a LGBTQIA+fobia é intensificada em ambientes escolares a partir das influências neoconservadoras e neoliberais sobre os currículos escolares, como no caso da BNCC, o que tem causado graves consequências em vivências de alunos LGBTQIA+. Ao final, compreendeu-se que os preceitos neoconservadores são alinhados ao neoliberalismo, reprimindo pessoas LGBTQIA+ ao dispor de um modelo unívoco de ser e poder centrado na normatização heterossexual.

Palavras-chave: Neoconservadorismo, Ideologia de Gênero, Escola, LGBTQIA+Fobia.

1 INTRODUÇÃO

Na Educação, a diversidade aparece nas políticas educacionais sob dois primas: a ausência e o disciplinamento. Alcântara (2015) diz que, na perspectiva da educação, o “outro” é tratado nos dispositivos oficiais “a partir de uma concepção genérica, muitas vezes apenas como uma questão da ordem do direito, sem contemplar processos de subjetivação e identitários”. Neste sentido, falar em diversidade na educação é abrir oportunidades para a igualdade entre as pessoas. Em contra partida, “estamos imersos em um processo de normatização e alienação, que muitas vezes vem mascarado como progresso e desenvolvimento, como avanço pela razão, como se o fim último desse processo fosse uma vida melhor para todos” (Alcântara, 2015, p. 65).

¹ Doutor em Educação
Universidade Federal do Amapá
E-mail: pereixaxnd@unifap.br
ORCID: 0000-0003-4029-1415

² Mestre em Educação
Universidade Federal do Amapá
E-mail: wollacylima@gmail
ORCID: 0000-0002-8583-2994

³ Doutorando em Educação
Universidade Federal do Pará
E-mail: Mateuspontes42@gmail.com
ORCID: 0000-0002-0661-1385

⁴ Mestrando em Educação
Universidade Federal do Amapá
E-mail: Tiagoruann5@gmail.com
ORCID: 0000-0001-8110-0043

Falar em diversidade sexual e educação é sempre um grande desafio, devido ao falso discurso da aceitação do “outro” na escola, que sempre excluiu, marginalizou e tornou estes indivíduos inexistentes. Em contrapartida, os movimentos sociais lutam em prol da aceitação de sexualidades desviantes do modelo heterossexual e buscam pelo acesso e permanência nas escolas, entendidas neste marco teórico como um ambiente excludente e normalizador.

Louro (2000) diz que quando se fala de sexualidade e educação, os ambientes escolares são entendidos como uma instituição de educação de corpos. Segundo a autora, a respeito destas instituições, elas têm “a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual” (Louro, 2000, p.11). É por intermédio dos processos educativos que as estruturas de poder se firmam, pois o discurso de normalidade vem de dentro para fora destas instituições. Logo, é na escola que se molda como os corpos devem se comportar, além de como se aprende a ser “homens e mulheres de verdade” (Louro, 2000).

Este tipo de discurso vem ganhando força no Brasil com a inserção da extrema direita, a qual, sob preceitos conservadores, preza pela preservação da heteronormatividade, além da retirada das discussões sobre sexualidades nos espaços formativos. Diante deste cenário, depreende-se que as diversidades passam a ser categorizadas pela lógica colonialista, recuperada por variáveis neoliberais e neoconservadoras na educação brasileira, que chegam na tentativa de perpetuar a exclusão da diversidade sexual dos ambientes educacionais, intensificando o processo da LGBTQIA+fobia no país.

Na educação, a diversidade aparece nas políticas educacionais sob dois prismas: a ausência e o disciplinamento. Alcântara (2015) afirma que, na perspectiva educacional, o “outro” é tratado nos dispositivos oficiais “a partir de uma concepção genérica, muitas vezes apenas como uma questão da ordem do direito, sem contemplar processos de subjetivação e identitários”. Nesse sentido, falar em diversidade na educação é abrir oportunidades para a igualdade entre as pessoas. Em contrapartida, “estamos imersos em um processo de normatização e alienação, que muitas vezes vem mascarado como progresso e desenvolvimento, como avanço pela razão, como se o fim último desse processo fosse uma vida melhor para todos” (Alcântara, 2015, p. 65).

Discutir diversidade sexual e educação é sempre um grande desafio devido ao falso discurso da aceitação do “outro” na escola, que frequentemente exclui, marginaliza e torna esses indivíduos invisíveis. Em contrapartida, os movimentos sociais lutam pela aceitação de sexualidades que se desviam do modelo heterossexual e buscam o acesso e a permanência nas escolas, que são entendidas, neste marco teórico, como ambientes excludentes e normalizadores.

Louro (2000) argumenta que, quando se fala de sexualidade e educação, os ambientes escolares são vistos como instituições de educação dos corpos. Segundo a autora, essas instituições estão relacionadas às formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade

de gênero e sexualidade (Louro, 2000, p. 11). Por meio dos processos educativos, as estruturas de poder se firmam, pois o discurso de normalidade é transmitido dessas instituições para a sociedade. Assim, é na escola que se molda o comportamento dos corpos, além de se aprender a ser "homens e mulheres de verdade" (Louro, 2000).

Esse tipo de discurso tem ganhado força no Brasil com a ascensão da extrema direita, que, sob preceitos conservadores, preza pela preservação da heteronormatividade e pela retirada das discussões sobre sexualidades dos espaços formativos. Nesse cenário, as diversidades passam a ser categorizadas pela lógica colonialista, recuperada por variáveis neoliberais e neoconservadoras na educação brasileira, que buscam perpetuar a exclusão da diversidade sexual dos ambientes educacionais e intensificar o processo de LGBTQIA+fobia no país.

Temáticas relacionadas à sexualidade, ao racismo e outras questões são vistas como radicais e fugiram do que o conservadorismo preza como "a busca por um 'retorno' a um padrão de qualidade melhor, uma revivificação da 'tradição ocidental', patriotismo e variantes conservadoras da educação do caráter" (Apple, 2003, p. 57). Essa corrente conservadora tenta implantar no discurso social a repressão, que eles denominam como "garantia da ordem", e o funcionamento das instituições com características baseadas na tradição e na autoridade constituída.

No fundo, o que ocorre é uma negação dos processos de ruptura com as instituições sociais basilares que sustentam o capitalismo, por isso o apego inconsequente à família, à igreja e à ordem social hierárquica, por exemplo. Nessa perspectiva, aqueles que se desviam desses padrões e instituições sociais hegemônicas são vistos como divergentes e, portanto, devem ser reprimidos por ameaçarem a ordem, a moral e os bons costumes. Conforme Scruton (1994), tudo que se desvia dos valores tradicionais e tende a gerar mudança deve ser excluído. Para os conservadores, "a mudança é uma ameaça à identidade, e cada mudança é um símbolo de extinção" (Scruton, 1994, p. 18). Para esse grupo, o que deve ser mantido são os valores tradicionais que abrangem instituições, hierarquia social, padrões de família e outros. Diante disso, surge o seguinte questionamento: como os preceitos do conservadorismo afetam as decisões curriculares, como na BNCC, e quais são os efeitos para o fomento da LGBTQIA+fobia?

Dinis (2011) aponta que a ausência deste debate nos currículos fortifica a concepção de que "a escola só deve discutir temas universais, sendo a norma da heterossexualidade concebida como natural" (Dinis, 2011, p. 47). Nesse sentido, este artigo objetiva analisar teoricamente os efeitos do neoconservadorismo nas decisões curriculares e suas implicações no fortalecimento da LGBTQIA+fobia em espaços escolares.

2 METODOLOGIA

Para analisar o Corpus desta pesquisa, elencamos dados bibliográficos (Tozoni Reis, 2009) com a finalidade de aprimoramento e para a atualização do conhecimento, através de uma investigação científica sobre questões que envolvem o debate do conservadorismo e seus efeitos nas decisões curriculares que implicam no fortalecimento da LGBTQIA+fobia nos ambientes escolares.

Essa investigação teórica é fruto de uma dissertação de mestrado financiada pela CAPES no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá. Os pesquisadores são membros do Grupo de Estudos Decoloniais presidido pelo Dr. Alexandre Pereira. Vale ressaltar que as assertivas que apresentamos nesta pesquisa independem de etnia, posição política, pirâmide social ou ideologia, fundamentamo-nos nos direitos humanos e defesa da vida humana e a igualdade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” COMO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO DAS ESCOLAS

A sociedade brasileira encontra-se fundamentada em correntes ideológicas nas quais os direitos sexuais encontram-se submetidos a regulação burguesa depois que o capitalismo “começou a remodelar toda a sociedade, ele incubou novas normas e modos de regulação burgueses, incluindo o binarismo de gênero e a heteronormatividade sancionados pelo Estado” (Arruza, Bhattacharya, Fraser, 2019, p. 52). Nesse diapasão, Biondi (2017) diz que a necessidade de regulação do modo capitalista está no empenho em construir uma sociedade à sua imagem e semelhança, submetendo-a aos seus condicionamentos essenciais, como a acumulação de capital, mecanismo econômico e outros.

Nessa relação de dualidade ideológica, o resultado é a precarização da vida social, em especial de grupos LGBTQIA+, que sempre foi marcada por abismos de desigualdades, e hoje de forma obscura tem sido regulada pela sexualidade, que nada mais é do que um elemento de produção de desigualdades a serviço do capital. O fortalecimento destas desigualdades tem fortalecido cada vez mais os princípios morais e o enaltecimento da família tradicional, pois a “austeridade moral capitalista não se compatibiliza com uma vida sexual que, uma vez desconectada de finalidades procriativas, não se insere no esforço de reprodução ampliada da força de trabalho” (Biondi, 2017, p.146).

Com isso, a preservação das famílias tradicionais é um dos fundamentos dessa matriz ideológica de poder, Para Biondi (2017):

Não à toa, o discurso de enaltecimento da família tradicional, apesar de todas as transformações sociais do século XX, desfruta de lugar cativo no debate público. Além disso, nas primeiras oportunidades, o capital realça os paradigmas de gênero, como que reconstituindo o que seria, para ele, a ordem natural das coisas. (Biondi, 2017, p.146).

O resgate aos valores e a ordem natural das coisas, aparecem quando as articulações se perdem na falsa ideia de liberdade sexual, que faz com que os grupos que resistiam percam força política e aceitem de forma natural reformas na sociedade, que fortalecem cada vez mais a superioridade heterossexual sob as demais sexualidades.

Nesse sentido, segundo Junqueira (2019) entre meados da década de 1990 e o início dos anos 2000, surgiu a expressão “ideologia de gênero” defendida pelos autores como uma invenção católica para firmar a heterossexualidade como o centro de sua antropologia e de sua doutrina, produzindo uma teologia na qual se fundamenta em ataques contra o relativismo cultural, ao feminismo e a liberdade sexual, que abrange a diversidade sexual por completo.

Com isso, as discussões de equidade de gênero, feminismo, sexualidade passam a ser eliminadas por serem vistas como “uma ameaça única, indistinta, de subversão dos arranjos familiares que são vistos, a um só tempo, como naturais, de origem divina e indispensáveis à reprodução da vida social” (Miguel, 2016, p.597). Ainda para o autor, estes grupos ganharam força no Brasil a partir de 1990 devido ao alto esforço de igrejas evangélicas em prol da eleição de seus pastores e líderes religiosos que passaram a compor a “bancada evangélica” que sobretudo quando se fortaleceu, passaram a se tornar grandes opositores as questões que englobam as diversidades de modo geral como:

Compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, como os latifundiários e os defensores dos armamentos, numa ação conjunta que fortalece a todos. (Miguel, 2016, p.593)

Estas alianças políticas passaram a gerar uma enorme agenda comum de fortalecimento próprio e que inserem “alguns de seus porta-vozes nas universidades, a frente criada com os outros setores da direita leva a que, no debate público, tais temas sejam deixados de lado ou aceitos em seu registro mais conservador” (Miguel, 2016, p.594). Diante disso, o discurso conservador ganhou visibilidade e expressão parlamentar, acusando as escolas de aquilo que foi comumente divulgado como “doutrinação ideológica”, e com isso, o surgimento de um grande movimento articulado, entre os diversos grupos religiosos nas mais diversas instituições, objetivando propor medidas para impedir os professores, durante a docência, falassem sobre temas relacionados a gênero e sexualidade.

Nessa perspectiva, os docentes passaram a ser taxados como “inimigos da família” que “procurariam confundir as crianças, obrigando, por exemplo, os meninos a vestirem saias e a brincarem de bonecas, enquanto as meninas seriam instigadas a se livrarem de sua natural propensão a cuidar dos outros” (Junqueira, 2019, p.168). Estes constantes ataques contra a educação foram se espalhando no discurso social por meio de grupos religiosos fundamentalistas e conservadores. Dentre as afirmações,

está a de que os professores eram responsáveis por “usurpar dos pais o protagonismo na educação moral de seus filhos para doutriná-los com ideias contrárias às convicções e valores da família” (Junqueira, 2019, p.168). Com isso, os professores passam a ser atacados no exercício da docência, taxados como incentivadores da “erotização das crianças”, por meio de propagandas nas mídias e em programas de governo de políticos neoconservadores e neoliberais.

Com isso, a invenção da ideologia de gênero ganhou força e representatividade parlamentar, que contribui diretamente para a exclusão de diversidade sexual e de gênero nos currículos formativos, nos quais os alunos, em especial crianças, deixam de compreender problemas sociais como a LGBTQIA+fobia e a violência de gênero, e como consequência disso, a naturalização da heterossexualidade compulsória fomentada, muitas vezes pelos discursos dos próprios pais, tem potencializado processos de subalternização, devido a retirada de discussões de gênero e sexualidade das escolas.

3.2 O PLANO DA PADRONIZAÇÃO DO ENSINO PELA BNCC E EXCLUSÃO DA TEMÁTICA DA DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO

No Brasil a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi motivo de grandes alegrias por parte do empresariado. Em detrimento disso, Cassio (2019), em seu texto intitulado *Existe vida fora da BNCC*, relata que se passou a usar o slogan “Educação é a Base”. Nessa discussão o autor também afirma que, na imprensa, consultores ligados a fundações e institutos empresariais começaram a prever o futuro da educação do país por meio da BNCC. Esse futuro da educação, no qual houve grande festejo do empresariado, é apontado por Fortes (2022, p. 6) como uma gama de “vantagens do ponto de vista neoliberal”, devido à sua fundamentação estar ligada a competências e habilidades que devem ser despertadas nos educandos.

Sendo assim, Fortes (2022) continua o debate apontando a BNCC como uma estratégia na qual “a escola crie sujeitos aptos a competir globalmente, a se adaptar a exigências que estão em constante mudança, que estejam sempre motivados a aprender novas técnicas, condutas, competências” (Fortes, 2022, p. 6). Compreende-se que essa “nova educação”, objetiva a todo custo formar os indivíduos para o mercado global, dentro da lógica da competitividade, combinando objetivos econômicos e educacionais.

Laval (2004, p. 116) afirma que :

[...]a grande tendência do período é colocar em competição mais direta os sistemas educativos nacionais, em um mercado global. Essa evolução encoraja a aplicação ao domínio educativo dos dogmas da livre-troca e estimula a utopia de uma vasta rede educativa mundial transfronteiras e pós-nacional.

Nesse sentido, compreende-se que a ideia de bases nacionais comuns curriculares traz diversas vantagens devido à facilidade de controle da educação de todo o país. Para firmar esta ideia, Fortes (2022) aponta que uma das principais vantagens para o sistema neoconservador e neoliberal brasileiro está na “oportunidade de governar, à distância, salas de aula em todo o país, limitando a autonomia do professor e possibilitando avaliações em larga escala” (Fortes, 2022, p. 6).

Nesta perspectiva, Luiz Carlos de Freitas pontua que essa “base nacional comum” tem em sua essência ideologias que carregam interesses pautados na “visão de mundo que cada um dos lados em disputa tem sobre o papel formativo da escola” (Freitas, 2014, p. 1.104). Diante dessa disputa ideológica pelo papel formativo da escola, o direito à educação passa a ser visto como o “direito de aprender”, que traz em sua característica principal a redução da formação ampla.

Desse modo, a formação dada por essas reformulações está pautada nas necessidades dos processos produtivos, nos quais o sistema capitalista precisa para se manter intacto. Cassio (2019) revela que, para a efetivação deste plano, essas ideologias destroem os direitos conquistados sob anos de lutas que ligam a palavra educação a termos como pública, gratuita, de qualidade, socialmente diferenciada, laica, plural, inclusiva e para todos, os quais deixam de ser postos em prática.

Diante da expansão dessas ideologias, as decisões curriculares foram pensadas para manter o controle político do aparato escolar, que passa a se configurar semelhantemente ao uma “empresa” que se fortalece através de uma base nacional comum curricular (BNCC) e pela ação de movimentos como “movimento escola sem partido” e “ideologia de gênero”, os quais são defendidos por políticos que fazem parte da junção de valores neoconservadores, neoliberais. Para reforçar esta afirmação, Cara (2019, p. 89) aponta que a BNCC é “o primeiro documento educacional que se submete às pressões do movimento Escola sem Partido”.

Entende-se que o fortalecimento de discursos conservadores e regulamentados por políticas neoliberais sobre a educação tem retirado pautas sobre diversidade sexual das escolas, e como consequência disso, cresceu o número de ações que geram “a afirmação da heterossexualidade por meio do repúdio à homossexualidade, atribuindo à essa experiência um caráter doentio ou, ao menos, condição de desenvolvimento inferior à heterossexualidade” (Rios, 2011, p. 37).

Nesse sentido, as escolas se transformam em um instrumento de reprodução de discursos neoconservadores, que tratam de desumanizar corpos que não se alinham ao padrão heterossexual. Por intermédio dessas práticas, a “escola configura-se como lugar de opressão, discriminação e preconceitos, que tem em si e em seu entorno um preocupante quadro de violência a que estão submetidos jovens e adultos LGBT’s” (Junqueira, 2009, p. 15).

Apple (2003) e Freitas (2018) explicam que esse movimento reflete diretamente nos ambientes escolares, em decorrência de decisões que são tomadas e regulamentadas por reformas educacionais e

executadas por meio de bases nacionais comuns que excluem temáticas sobre gênero, sexualidades, raça e etnia, por intermédio de competências e habilidades as quais proporcionam maior controle político, em junção com a ação de movimentos como o “Escola sem partido”. Nas palavras de Freitas (2018):

A educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um "serviço" que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização. Do ponto de vista ideológico, a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar, agora visto como "empresa", aliado à padronização promovida pelas bases nacionais comuns curriculares e pela ação do movimento "escola sem partido", este último, um braço político da "nova" direita na escola (FREITAS, 2018, p. 29).

Nesse sentido, a escola deixa de ser democrática e passa a ser um ambiente de controle político e de controle ideológico. Com isso, resgatando as concepções de Miguel (2016), as escolas deixam de discutir questões como a sexualidade, por ser esta entendida como uma temática comunista que quer transformar os alunos em homossexuais. Por esse motivo, a nova direita, alicerçada por valores morais e poderes políticos, regulamenta um currículo padronizador que leva o sujeito a não pensar criticamente sobre os problemas sociais.

Nessa lógica, Louro (1997) chama a atenção para estas reconfigurações nas escolas e para o fato de que a escola é um dos ambientes que mais controlam a sexualidade e os corpos, na medida em que o corpo escolar e os currículos são dados como legitimadores dos sujeitos. Portanto, nessa conjuntura social, as escolas passam a legitimar quem deve ser enquadrado na norma e quem deve ficar à margem, devido à retirada da criticidade e das discussões sobre diversidade sexual, o que tem apontado para crescentes números de ataques contra LGBT's, dando um enfoque aos ambientes escolares, que cabe aprofundar no próximo tópico desta discussão.

3.3 A LGBTQIA+FOBIA EXPRESSA NOS AMBIENTES ESCOLARES

A educação contemporânea brasileira tem vivenciado grandes transformações pelas quais os direitos por uma educação pautada na diversidade perdem seus debates nos espaços escolares, causando uma diversidade de violências contra alunos que fogem das normas de religião, sexualidade, gênero, raça e etnia, as quais os grupos dominantes autodeclaram como normativas. Nessa perspectiva, surgem diversos tipos de preconceitos como intolerância religiosa, racismo, xenofobia e a LGBTQIA+fobia, que é o principal foco desta discussão.

Nesse sentido, Ventimiglia e Menezes (2020) analisa a aversão a pessoas LGBTQIA+ como uma violência que tem como cerne a existência de uma sexualidade unívoca e normativa, que apresenta consigo modos de ser e poder que estão vinculados ao patriarcado. Essa padronização do

compreendido enquanto “normal” cria os binarismos que marcam os papéis definidos para o gênero e a sexualidade.

Portanto, percebe-se que nessa busca pela volta ao passado baseada em valores morais pautados em “revivificação” de um passado no qual as pessoas conheciam os seus lugares e os papéis sociais estavam intimamente ligados ao patriarcado, sexismo e binarismo, os sujeitos LGBTQIA+ passam a ser perseguidos por serem desviantes dos padrões estabelecidos na sociedade ao longo dos séculos. Ainda para o autor, ele afirma que a LGBTQIA+fobia “é legitimada por uma cultura que condena quaisquer práticas ou comportamentos não heterossexuais” (Ventimiglia; Menezes, 2020, p. 47). Desta maneira, dentro de uma cultura marcada pelo machismo, binarismo e sexismo, todas as orientações sexuais e identidades de gênero diferentes desse contexto representam uma afronta à masculinidade e aos padrões de família, subsidiados pelo moralismo neoconservador.

Ventimiglia e Menezes (2020) chama atenção para o fato de que, no Brasil, a violação de direitos humanos da população LGBTQIA+ se caracteriza como um padrão que engloba uma imensidade de abusos, discriminações e outras violências. Nesse sentido, ele explica que a violência sofrida por pessoas LGBTQIA+ é realizada em diversas instancias da vida dessas pessoas, desde a falta de oportunidades de emprego e educação até a negação de sua cidadania.

Dentro da configuração social pautada em discursos conservadores, que ganhou forças no Brasil com o apoio de igrejas neopentecostais e representantes no legislativo com interesses em comum, trazer essa padronização para as escolas é como um plano de “proteção às famílias tradicionais”. Essas estratégias causaram grandes contribuições para a perseguição contra LGBT’s nas escolas devido ao uso de discursos que afirmam a superioridade heterossexual em relação às demais sexualidades.

Rosa (2016), em sua tese de doutorado, apresenta um processo de “escolarização” dos processos opressivos contra LGBT’s. Ele afirma que esse processo se caracteriza por:

[...] meio de apelidos, brincadeiras, zuação e palavrões que tem por finalidade a prática discriminatória destes sujeitos, e, como a escola pouco ou nada faz em relação a essas práticas, os enunciados se fortalecem e resultam mais uma vez em exclusão, abandono escolar, suicídio e diferentes formas de violência (Rosa, 2016, p. 211).

Ao se analisar os caminhos percorridos nesta discussão, pode-se apontar as novas configurações políticas e sociais que reverberam na sociedade, e por meio delas a escola passa a ser um espaço de legitimação daquilo que a nova direita propõe como ideologia doutrinária: a preservação dos costumes e a aniquilação dos desviantes.

Nesta perspectiva, as escolas passam a refletir normas da sociedade contemporânea, as quais normatizam os sujeitos a seguirem padrões de controle da sexualidade, e isso é intrinsecamente

conectado a visões da heterossexualidade compulsória que transformam a escola em um ambiente de vigilância sobre os corpos desviantes da configuração social aliançada entre neoconservadores e neoliberais. Nesse sentido, reafirmam-se as discussões dos tópicos anteriores, nos quais se pode entender que a LGBTQIA+fobia na contemporaneidade está diretamente ligada aos valores, mecanismos de exclusão, relações de poder, estruturas hierarquizantes, sistemas de crenças e padrões que naturalizam apenas a heterossexualidade no contexto social e escolar.

Nesse sentido, para manter-se um discurso normativo em torno da sexualidade, existe a necessidade de desestabilização de sujeitos LGBT's nos espaços educativos. Essa desestabilização se fortalece em preceitos nos quais LGBT'S se apresentam “fora dos padrões sexistas estabelecidos pela sociedade e se comporta[re]m de modo a diferir do que se tem como típico para os comportamentos de meninas e de meninos” (Ventimiglia; Menezes 2020, p. 50). Essas ações nos espaços educativos geram grandes efeitos nas vidas de estudantes LGBTQIA+, devido ao fato de que as escolas se ausentam de medidas de combate a essas práticas em seu ambiente, fortalecendo, assim, a naturalização da LGBTQIA+fobia.

Sendo assim, o processo de transformação da educação brasileira, compreende-se que a ausência da discussão da LGBTQIA+fobia nos espaços escolares tem partido dos interesses neoconservadores que usam da moralidade e de preceitos religiosos para atacarem a diversidade sexual e, na mesma proporção, retirarem das escolas as discussões sobre as temáticas. Nesse diapasão, o ganho de força política e o alinhamento ao neoliberalismo foram grandes colaboradores da exclusão do pensamento crítico dos alunos em relação à aceitação da diversidade sexual no âmbito social e escolar.

Logo, percebe-se que as alianças ideológicas em torno da educação padronizaram as discussões, os mecanismos de avaliação e os currículos, como suporte para o resgate do controle do que se discute nas escolas. E como consequência disso, milhares de LGBT's têm sido vítimas de violências todos os dias dentro e fora das escolas, devido à neutralidade destas escolas em relação aos problemas que as acometem. Com isso, a educação pautada na neutralidade, isenta de discussões de diversidade sexual e regulada por bases nacionais comuns curriculares, é o cenário perfeito para o fortalecimento da ideologia dominante propagadora de diversas discriminações, como a LGBTQIA+fobia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comprendemos que para a efetivação dos princípios destas ideologias reacionárias-conservadoras no âmbito educacional, a escola passou a ser reconfigurada dentro da lógica empresarial que o neoliberalismo trouxe, essa agenda em comum passou a controlar o currículo por intermédio ideologias que tiram a educação e as escolas do processo laico, no qual as diversidades passam à ser

vistas como desviantes do processo hegemônico. Nesse sentido estes grupos buscam por um “retorno” a um padrão de qualidade melhor, uma revivificação da “tradição ocidental”, patriotismo e variantes conservadoras da educação do caráter. (Apple, 2003. p.56).

Portanto, apontamos que é nessa configuração educacional que indivíduos LGBTQIA+ sofrem violências como a LGBTQIA+fobia, que passa por um processo de naturalização devido a falsa liberdade sexual que o neoliberalismo e o neoconservadorismo dão a diversidade sexual, e em contrapartida usam de termos como a ideologia de gênero para controlar discussões sobre a mesma temática nos espaços educativos.

Ao fim, fica cristalino o papel da “ideologia de gênero” em uma contracorrente com a contemporaneidade, nos processos de socialização na educação, sobretudo de pessoas LGBTQIA+. A normatização que perpassa pelos discursos moralistas de políticos e defensores do conservadorismo chega a toda a população e ganham coro junto as pautas neoliberais, e por sua vez violentam e silenciam a diversidade sexual e excluem as que não sejam aquelas que pertencem a um modos operandi da heterossexualidade cristã.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michel W. Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade / Michel W. Apple; tradução de Dinah de Abreu Azevedo; revisão técnica de José Eustáquio Romão, - São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. – (Biblioteca freiriana; v.5)
- ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. 1º Edição – São Paulo: Boitempo, 2019.
- BIONDI, Pablo. Sexualidade e disciplina do trabalho na ordem social burguesa. Caderno Cemarx, nº 10, 2017. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp – SP.
- CARA, Daniel. “O programa ‘Escola sem Partido’ quer uma escola sem educação”. In: A ideologia do movimento Escola sem Partido. Ação Educativa, 2019.
- CÁSSIO, Fernando. “Existe vida fora da BNCC?” In: Educação é a Base? 23 educadores discutem a Base. Ação Educativa, 2019.
- FORTES, Olívia Bueno Silva. Neoliberalismo e neoconservadorismo na educação brasileira contemporânea: uma leitura freireana da base nacional comum curricular e do movimento escola sem partido. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 60, p. 1-17, e15701, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n60.15701>. Acessado em: 15 de ago/2023
- FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- JUNQUEIRA, Rogério. In Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LAVAL, Christian. A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Editora Planta, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 41-52.
- MIGUEL, Luiz Felipe (2016). Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, 7(15), 590-621.
- MOLL, Roberto. Diferenças entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo: faces de uma mesma moeda? [S.I.]: Unesp, 2015a. Acesso em: 01/10/2022.
- RIOS, Roger R. 2011. "Direitos sexuais, uniões homossexuais e a decisão do Supremo Tribunal Federal (ADPF 132-Rj e ADI 4277)". In: RIOS, R. R.; GOLIN, C. & LEIVAS, P. G. C. (eds.). *Homossexualidade e direitos sexuais: reflexões a partir da decisão do STF*. Porto Alegre: Editora Sulina. p. 69-113.
- ROSA, Marcelo. Discursos científicos sobre a homofobia no processo de escolarização: enunciados e problematizações. 2016. 255p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Metodologia da Pesquisa. Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

VENTIMIGLIA, Rafael; MENEZES, Aline Beckmann. Lgbtfobia na Escola: Possibilidades para o Enfrentamento da Violência. Curitiba: Editora Appris, 2020.